

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

Em Reais,

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
	LIQUIDADAS															
	set/20	out/20	nov/20	dez/20	Jan/21	Fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.365.339.651,65	1.488.335.064,41	1.553.301.230,10	2.558.099.653,68	1.352.787.216,58	1.189.139.161,95	1.398.986.063,53	1.256.901.997,88	1.533.279.906,38	1.397.720.701,21	1.726.714.433,60	1.411.647.266,91	18.232.252.347,88	133.095.466,84		
Pessoal Ativo	934.272.310,85	1.048.448.045,28	1.117.803.269,75	1.665.432.124,79	938.652.973,04	769.201.250,42	977.660.116,94	843.530.271,74	1.171.291.011,82	948.380.434,53	1.117.509.557,84	1.000.745.833,12	12.532.927.200,12	81.618.903,83		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	640.512.224,81	735.399.094,85	614.886.467,75	1.290.146.387,27	662.887.043,42	667.810.013,17	667.917.479,48	565.581.517,16	729.910.191,27	705.346.235,77	830.950.695,63	690.872.783,12	8.802.220.133,70	16.554.165,05		
Obrigações Patronais	291.603.296,40	310.966.193,60	500.904.966,78	371.391.484,38	275.765.929,62	101.391.237,25	309.742.637,46	277.948.754,58	441.380.820,55	243.034.198,76	286.558.862,21	309.873.050,00	3.720.561.371,59	65.064.738,78		
Benefícios Previdenciários	2.156.789,64	2.082.756,83	2.011.895,22	3.894.253,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.145.694,83	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	423.362.689,81	435.839.274,93	430.253.291,17	886.113.166,91	414.133.867,91	417.216.901,40	417.925.629,08	409.260.445,98	345.608.498,76	445.555.341,32	600.563.213,69	407.934.179,61	5.633.766.500,57	45.390.851,53		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	364.827.805,45	365.164.275,56	365.128.996,56	754.509.684,50	344.266.648,18	348.164.870,23	354.354.175,70	345.322.792,20	307.019.055,62	387.114.017,39	515.018.091,05	347.438.906,65	4.798.329.319,09	288.463,04		
Pensões	58.531.843,50	59.440.518,04	59.451.163,54	120.121.279,33	69.867.219,73	69.052.031,17	63.571.453,38	63.937.653,78	38.589.443,14	58.441.323,93	85.545.122,64	60.495.272,96	807.044.325,14	45.102.388,49		
Outros Benefícios Previdenciários	3.040,86	11.234.481,33	5.673.131,07	11.482.203,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.392.856,34	0,00		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	7.704.650,99	4.047.744,20	5.244.669,18	6.554.361,98	375,63	2.721.010,13	3.400.317,51	4.111.280,16	16.380.395,80	3.784.925,36	8.641.662,07	2.967.254,18	65.558.647,19	6.085.711,48		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	371.564.460,47	317.801.650,11	380.761.410,34	949.622.814,02	333.253.231,66	318.258.759,87	321.557.382,71	330.488.888,94	302.669.015,90	388.308.505,47	402.683.450,12	395.942.759,76	4.812.912.329,37	51.506.833,03		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	252.151,90	553.341,76	317.618,05	45.560,14	2.777.861,65	658.396,25	325.967,78	253.161,45	110.642,48	976.500,08	441.634,59	227.697,90	6.940.534,03	191.695,35		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	43.804.923,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.804.923,14	50.599.958,29		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	150.991.175,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.991.175,65	715.179,39		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ²	371.312.308,57	317.248.308,35	380.443.792,29	754.781.155,09	330.475.370,01	317.600.363,62	321.231.414,93	330.235.727,49	302.558.373,42	387.332.005,39	402.241.815,53	395.715.061,86	4.611.175.696,55	0,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	993.775.191,18	1.170.533.414,30	1.172.539.819,76	1.608.476.839,66	1.019.533.984,92	870.880.402,08	1.077.428.680,82	926.413.108,94	1.230.610.890,48	1.009.412.195,74	1.324.030.983,48	1.015.704.507,15	13.419.340.018,51	81.588.633,81		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR		% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													27.715.437.008,22		-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (V)													3.658.952,83		-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)													-		-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													27.711.778.055,39		-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													13.500.928.652,32		48,72	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													14.964.360.149,91		54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													14.216.142.142,41		51,30	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													13.467.924.134,92		48,60	

FONTE: Sistema: FINCON, Unidade Responsável: Controladoria Geral do Município, Data e hora da Emissão: 23/09/2021 18:20

1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2) Considerando a alteração introduzida pela LC 178/2021 que determina que cada Poder ou órgão considere na apuração do limite da despesa com pessoal, a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão, o valor de R\$ 22.343.244,50 executado orçamentariamente através dos Programas de Trabalhos 31.01.04.031.0003.2065, 14.32.09.272.0324.4303, 31.01.04.032.0004.2066 e 14.32.09.272.0324.4305 deixou de constar na apuração do limite de pessoal do Poder Executivo e deverá ser incluído no demonstrativo do Poder Legislativo incluído o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

3) Nesta linha, este demonstrativo considera o critério adotado nos períodos anteriores, tendo sido encaminhado o Ofício SMFP nº 538/2021, de 22/09/2021, ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, solicitando reconsideração do disposto no item 3 do Voto nº 188/2021 - BMC, processo 40/100.796/2021, que trata do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2021, estando o mesmo sob análise daquele Egrégio Tribunal.